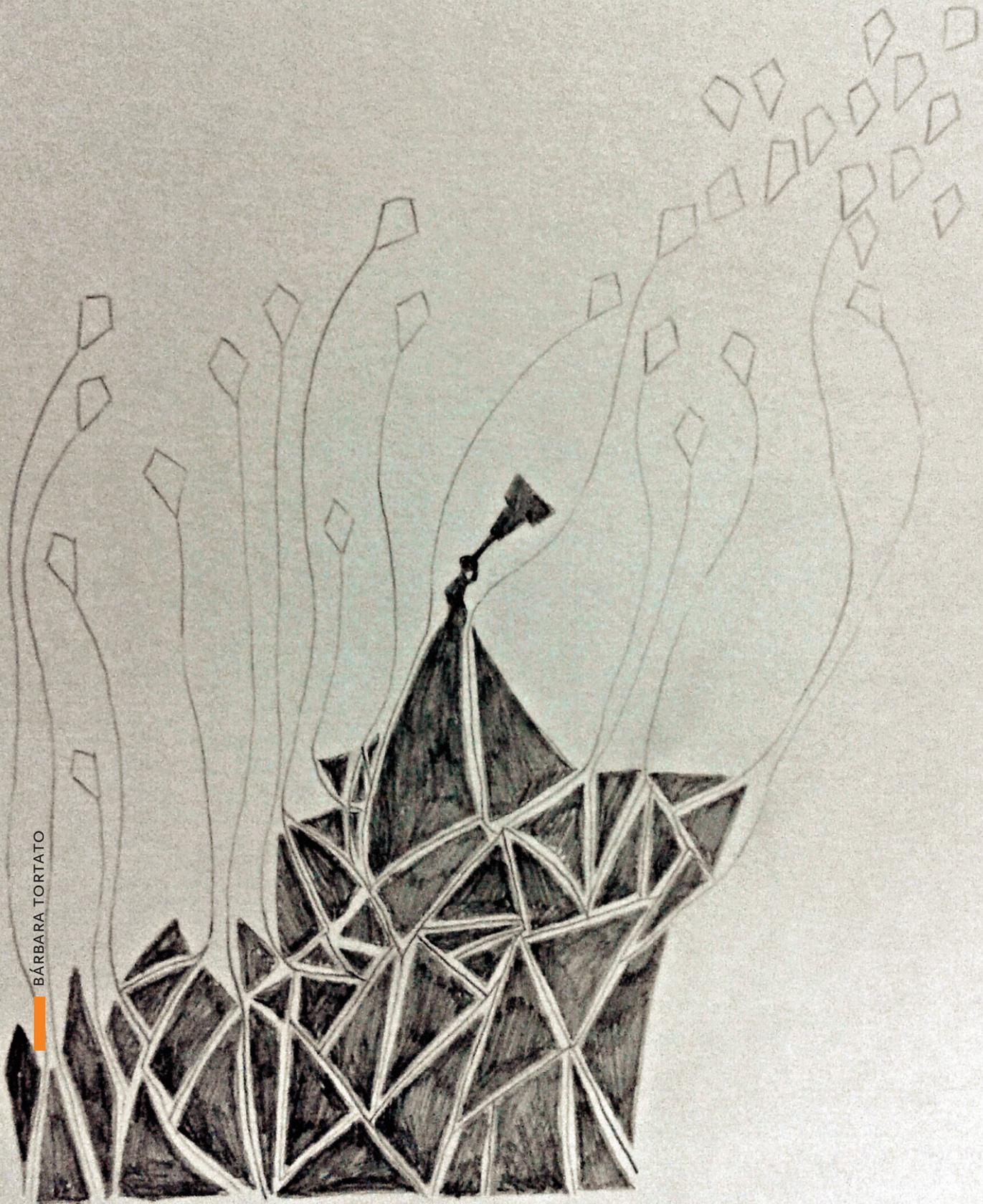


BÁRBARA TORTATO



DOMÍNIO DO ESPAÇO. TEMOR DO TEMPO.

O que desejar dos arquitetos dos próximos dias?

ADRIANO MATTOS CORRÊA*

RESUMO Mapear e dominar o espaço são estratégias que empreendemos para encobrir o nosso temor e incapacidade de projetar o tempo. Práticas construtivas referenciadas na dimensão-temporal poderiam nos anunciar outras e diferentes dobras nos modos de ocupação e relação com o nosso território-comum. Em um contexto territorial dominado por ordem uniformizante, higiênica e policiada, a possibilidade de experimentar uma comunidade que inclui a diferença pressupõe hospedar o outro, compartilhar e investigar outros modos para a formação e a prática de um homem-arquiteto. Uma “arquitetura informe” anuncia relações compartilhadas por sujeitos nomeados, habitantes de contextos singulares dispostos a experimentar de modo cúmplice, nas frestas do campo maior do domínio do arquitetural, outros modos de se viver e edificar as nossas mediações espaciais.

PALAVRAS-CHAVE Espaço-tempo. Experiência. Território-comum.

THE DOMAIN OF *SPACE*. THE FEAR OF *TIME*.

What should we want from the *architects* in the coming days?

ABSTRACT Map and dominate the *space* are yours strategies to cover up our fear and inability to project the *time*. Constructive practices referenced in the *time-dimension* could announce other and different folds in the modes of occupation and relationship with our *common-ground*. In a territorial context dominated by an order based on a uniform management, hygienic and policed, the possibility to experience a *community* that includes the *difference* assumes: host know each other, share and investigate other methods for training and practice of an architect. A *formless architecture* announces relationships shared by guys named, inhabitants of natural contexts willing to experiment so accomplice, in the cracks of *the biggest* architectural domain, other modes of living and build our *space mediations*.

KEYWORDS Time-dimension. Experience. Common-ground.

* Mestre em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Arquitetura e Urbanismo NPGAU - Universidade de Minas Gerais. Professor de projetos da EA|UFMG. E-mail: adrianoarquiteto@yahoo.com.br

*urbem fecisti quod
prius orbis erat*

disse sobre Roma o poeta Rutilus Numatianus - século V
“fizeste uma cidade do que antes era o mundo”

Nossa formação ocidental nos fez hábeis em esquadrihar o território para assim dominá-lo espacialmente. “Projetar” para nós é um ato propositivo por um ordenamento estratégico imposto sobre o espaço abordado, por nós medido, demarcado e, então, nomeado.

Antes conhecer, com todo o aparato técnico disponível, para depois projetar nosso domínio sobre o território conquistado. Intuito de quem quer domar, dominar e submeter o espaço ao que normalizamos como o “conhecido”.

Se por um lado nós nos fizemos preparados para o “domínio espacial do território”, por outro, lidar com esse mesmo território pelo viés temporal nos é caro. Deparamos com um desconhecer, um devir impossível de ser mapeado, algo imprevisível para o qual não julgamos haver ferramentas de medidas disponíveis confiáveis. Apavora!

E como não fomos formados para aprender a escutar, aprender sobre o silêncio perante o outro que desconhecemos, nós atacamos. E o projeto pré-concebido para tal encontro com a diferença é o de acertar em cheio o alvo mirado. E para esse instante que está por acontecer é que aperfeiçoamos continuamente a nossa máquina de cooperação e desenvolvemos nossas estratégias, sem duvidar do nosso poder de fogo. Fomos e continuamos sendo talhados para dominar o espaço e ignorar o tempo.

A zona de conforto ocidental baseia-se no poder e na instauração de um espaço mapeado e controlado por nós. E o drama que nos atormenta e desestabiliza nossa confiança e certeza é a imprevisibilidade da dimensão temporal. Ignoramos o tempo, e nossa cegueira compromete nossas relações com o planeta.

Registros introdutórios

O arquiteto. O tático e o estratégico. O território e a região.

Este é um especial momento para refletir acerca das práticas daqueles que pretendem arquitetar o nosso território comum. Não a prática de uma arquitetura pautada pela identidade disciplinar tradicional, regulada por identidades de classe ou conselhos profissionais, mas refletir criticamente acerca do fazer de homens-arquitetos que se propõem a construir o dia a dia das nossas convivências cotidianas, formas diversas de vivermos que ocorrem simultâneas sobre essa mesma única espessura territorial que todos nós compartilhamos. Urge a necessidade de desdobrar outros modos para a relação do homem com o meio ambiente natural e construído que procuramos habitar. O homem tem promovido ações construtivas e destrutivas comprometedoras para as relações diversas da vida existente no planeta.

Em diversas publicações, em distintos encontros para promover reflexão sobre as cidades e a arquitetura que se produz contemporaneamente no mundo civilizado – na trienal de Lisboa de 2013, intitulada *Close, Closer*, e com a chamada: “O que mais a arquitetura pode fazer?” – , alardeou-se o pensamento de que podemos entender [...] “a arquitetura não apenas como um objeto e uma ideia a ser mediada, mas como um ato de mediação em si mesmo;” – e dessa proposição se desdobrava: [...] “se você quer ser arquiteto e quer transformar o mundo, não empilhe nenhum tijolo nem construa mais nenhum edifício.” Muito se tem refletido e discutido sobre qual o perfil e o papel desejado e necessário ao arquiteto contemporâneo.

Há na concepção de um espaço arquitetado e no entendimento de uma concepção para o propósito de um projeto, uma variante fundamental, imensamente ignorada, mas fundamental para se pensar e produzir as relações que se dão sobre tal dimensão territorial, que é o tempo.

Se considerarmos que o território é finito e que está por demais saturado pelo excesso de intervenções humanas, por toda a tralha que o homem tem construído e destruído durante sua pequena existência sobre o planeta, cabe aos arquitetos dos próximos dias tentar refletir e deslocar o motivo e a prática da produção dos espaços e objetos que imaginamos serem necessários para intermediar o convívio humano. Em

um tempo no qual o consumo excessivo de bens parece ser o norteador das bases para o nosso desenvolvimento pessoal, social e econômico, é óbvia a urgência em refletir sobre esse modelo de sociedade. O pensador contemporâneo da cultura e do design, o tcheco Vilém Flusser, já nos alertou para a reveladora origem do termo objeto: do latim *ob-iectum* – obstáculo – e do grego *problema*. E ele ainda conjectura que qualquer que seja o objeto ou arquitetura que edificuemos hoje sobre a superfície do planeta, será ele amanhã um obstáculo a ser superado pelas próximas gerações.

É por todos esses argumentos (e outros tantos por costurar) que este ensaio propõe que voltemos o nosso interesse para a outra dimensão que compõe o diagrama territorial: o tempo. Podemos imaginar juntos que a dimensão temporal possa iluminar outros modos de continuar arquitetando as nossas relações espaciais como parte original desta nossa mesma vida comum e compartilhada.

E quem são eles, ou quem serão os arquitetos convocados para desenhar os nossos próximos dias? Se é que nós temos condições de imaginar e nomeá-los.

Poderemos nos imaginar sujeitos capazes de uma “exigência de atualidade” em relação ao presente e que, no mesmo momento que apreendem o tempo do agora, tornam-se aptos a experimentar e promover uma abertura para a vivência espacial e cotidiana do presente (com o desenvolvimento de uma capacidade de apreender com a experiência vivida)? Serão esses arquitetos hábeis em promover uma proximidade temporal para assim atuar sobre nossa realidade? Que dimensão temporal será essa? É da ordem do mensurável? Podemos projetá-la assim como fazem os arquitetos, que dimensionam, projetam e desenham os seus edifícios e cidades?

A filosofia ocidental desde sempre tem especulado sobre essas relações espaço-temporais. Mas o que fazer quando a realidade do vivido, quando o turbilhão dos fatos cotidianos nos oprime, nos cega a todos perante a urgência em existir e compartilhar este mesmo e único planeta? O que fazer quando nem os modelos científicos nem os princípios do divino já não se demonstram razoáveis para sugerir caminhos para a nossa coexistência?

O modo excessivo como temos consumido e construído compulsivamente o nosso território de relações tem-se mostrado cada vez mais distante de um pensamento acerca do porquê de estarmos explorando de tal modo o meio ambiente e da finalidade de termos edificado tanto. Nós, pretensos arquitetos contemporâneos, ainda estamos

distantes de um pensamento capaz de abordar criticamente e promover a construção de argumentos capazes de produzir uma reflexão inerente aos nossos fazeres. A perversidade de um modelo sustentado pelo consumismo e pela ganância do capital tem silenciado e atrofiado a nossa capacidade crítica.

Mesmo que seja razoável o argumento filosófico acerca de Dédalo, que foi, segundo MCewen, o nome do arquiteto referência original para a nossa cultura helênica, considerado antecessor ao filósofo Sócrates e, assim, o postulante encarnado do pressuposto de que a arquitetura e a cidade precedem a filosofia: “[...] when the artifice has become a theoria, a spectacle, that the clever invention can reveal the divine cosmic order” (MCEWEN, 1994, p. 52), creio que uma abordagem via pensamento e crítica filosófica pode ser um caminho por uma referência mais relacionada ao temporal e, portanto, menos material, para engendrarmos articulações outras possíveis ao desenho do espaço constituído para o nosso convívio comum. E no pensamento filosófico poderá ser criada a possibilidade de uma abordagem capaz de superar a produção contemporânea de uma crítica hegemônica, que não conversa e não dá chances para as contraposições – certa crítica surda, parcial e que não suporta as diferenças.

O temporal nos remete a uma dimensão menor, menos abarcadora e totalizante perante a dimensão imensa do espacial, mais próximo da vida e mais próximo das mãos do sujeito que, acuado pelo desconhecimento pessoal cada vez maior do que seja um espaço palpável e possível de relações diversas, anula-se e deixa de experimentar e propor outras espacialidades para a sua existência. Espero que sejamos capazes de desenvolver melhor essa intuição ao longo deste e de outros muitos ensaios.

Acerca da organização atual das cidades, há o surgimento de um interesse por regiões e regionalismos, principalmente por parte daqueles aos quais o professor Edward Soja nomeia geógrafos urbanos.

Não só as questões espaciais urbanas com foco no mapeamento do todo e do complexo em que se transformaram as cidades atuais tem pautado o entendimento da configuração territorial engendrada pelos urbanistas. Um renovado interesse por um “novo regionalismo” tem permeado o entendimento da configuração territorial. Citado por Soja, a expressão “novo regionalismo”, cunhada do vocabulário de Michael Storper e desenvolvida no seu trabalho “The Regional World” (1997), é a força motriz por trás da engrenagem de uma nova e outra economia urbana que se anuncia. Nessa configu-

ração, o autor “concebe regiões como comparáveis a mercados, estados e ao parentesco, como estruturas organizacionais fundamentais da sociedade humana”. Essas relações sociais, culturais, políticas e econômicas se dão em um espaço conquistado por esses vizinhos. E que são por eles mesmos, esses habitantes da vizinhança do lugar, o meio onde se produzem outras relações urbanas, alimentadas por um constante processo de configurações sucessivas, relações que se constituem muito mais dependentes de uma hábil articulação do tempo do que de projetos arquitetônicos-constructivos-espaciais.

Mesmo que aprofundemos nossa investigação via conceito espacial de território, como sendo o nosso horizonte de referência, veremos que a cada novo tempo esse mesmo território é susceptível aos diferentes discursos ali produzidos ao longo da sua ocupação como tal. A cada “outro tempo” lhe é dado um “outro nome”. O território é assim feito de significados diversos. O que caracteriza especificamente cada território é a sua extensão, é a sua espessura e, particularmente, é a sua perpétua metamorfose. Ou seja: é sempre um texto novo, que a sucessão e o passar do tempo modifica, o que se faz impresso continuamente e de modo sobreposto sobre tal extensão, superfície e espessura singular de cada um dos diversos territórios por nós habitados.

Para o historiador de Genebra André Corboz, em ensaio publicado na edição da Universidade de Coimbra, intitulado “Conimbriga – Architectura e Memória”, “cada território é único, daí a necessidade de ‘reciclar’, de raspar mais uma vez (mas com o maior cuidado possível) o velho texto que os homens escreveram sobre o insubstituível material dos solos, a fim de depositar um novo que responda às necessidades de hoje, antes de ser por sua vez revogado” (PROVIDÊNCIA, 2015, p. 34).

O território, assim vislumbrado por Corboz, depende do dinamismo dos fenômenos de formação e produção contínua do seu significado. Depende do tempo. Portanto, o território é um porvir. Há aí uma necessidade de uma relação coletiva vivida, entre uma superfície topográfica e todas as diversas relações estabelecidas nas suas dobras, o que nos permite intuir que não há território sem imaginário do território. Todavia, mais do que um mapeamento estratégico espacial dessa paisagem, importa os desdobramentos temporais das relações constituídas sobre essa espessura. Mais uma vez, dependemos de uma hábil articulação e entendimento do tempo para nos aproximarmos do caráter singular capaz de nomear especialmente cada um dos territórios abordados por nós.

Articular habilmente o tempo requer uma destreza tática muito maior do que um domínio estratégico. Na definição que Michel de Certeau na sua *História do Cotidiano* elabora acerca do “tático”, em contraposição ao “estratégico”, podemos inferir que a tática não tem por lugar senão o outro – joga com o terreno que lhe é imposto, tal como se revela a força de um atrator estranho; ela opera golpe por golpe, lance por lance; aproveita das ocasiões e delas depende; usa das falhas que se vão abrindo na vigilância do proprietário; cria surpresas; consegue estar onde ninguém espera; anuncia a necessidade de uma hábil utilização do tempo, ao contrário do estratégico, que depende do domínio de um aparelho proprietário e da capacidade técnica de mapear esquadrinhando e medindo espacialmente o território.

Fazer parte desse jogo, da arquitetura desse “outro tempo”, que não o meu tempo e não dependente apenas de mim – que por princípio deve permanecer aberto à interferência de qualquer outro – exige muita presença tática do jogador, muita disposição à experimentação, ao incerto de travessias perigosas por territórios desde antes desconhecidos. É preciso manter as portas abertas, ter a casa sempre disponível para hospedar qualquer que seja esse “outro” que se arrisque e adentre o campo de jogo do território que nos é comum.

Manobrar e ter o domínio espacial desse barco me parece inviável e deveras impossível. É bom ter os ouvidos bem abertos, pois a principal habilidade requerida aos arquitetos dos próximos dias é, a exemplo do sábio do Pireu, o Fenício construtor dos navios com as quilhas mais precisas de toda a Grécia, como descrito por Paul Valéry no seu *Eupalinos ou o Arquiteto*: [...] “às vezes, dizia, o vento está a favor; outras vezes, está contra, o essencial é navegar corretamente.” [...] “dotado do mais aguçado e profundo ouvido jamais dado a um crânio possuir, tudo quanto penetrava naqueles labirintos emaranhados transformava-se na presa de um monstro singularmente ávido.” (VALÉRY, 1996, p. 149-151). E assim, ouvindo o mar, as marés, os ventos, as tempestades, ouvindo os peixes tal como o marinheiro aprendeu a navegar, a correr riscos e então projetar e construir os navios para travessias inventadas.

Argumento:

O projeto e o projétil. A presença. A experiência e a imprecisão. A narrativa.

Elaborar um pensamento capaz de propor uma ação temporal é como se dispor a navegar. Tenho comigo um barco, instrumental disponível, alguma experiência, mas tudo depende do dia e do mar. É sempre da ordem de uma nova experiência. Minha ação depende desse outro (ou outros) que eu não domino. Exige a minha proximidade, a minha presença, os meus sentidos atentos, a minha intuição, a minha disposição em me abrir e experimentar o outro. E o “outro”, na condição de um outro mesmo, traz consigo um grau de desconhecido. E por mais que eu já tenha experimentado navegar, sempre há o risco de eu ser surpreendido. Por mais que eu elabore o traçado e projete todas as imagináveis variantes da minha aventura, há sempre comigo a lógica do pior, do azar, assuntando o meu empreendimento. Por mais que eu mapeie, que esquadriñhe o território previamente escolhido e delimitado para minha aventura, por mais que eu detenha e domine todos os instrumentos disponíveis para minha orientação, cada vez ou cada dia é uma outra vez ou outro dia. Depende do tempo. Depende dessa dimensão que eu não controlo.

Talvez, em uma suposta tentativa de superar ou enganar o que há de imprevisível, em seja lá qual for a nossa empreitada, depositamos na figura do arquiteto, ou naquele que projeta hoje o que pretendemos para o amanhã, o ideal de um pensamento perspectivo capaz de dominar as incertezas do caminho até o nosso objetivo. Ou mesmo de garantir o desenho e a permanência resistente ao tempo daquilo que assim fora planejado e configurado para tal.

Historicamente, é a partir do século XV que a figura do arquiteto adquire o status de um profissional oficial que define e tem o poder de determinar o desenho de um edifício a ser construído. É então que, diante do papel em branco, esse sujeito nomeado vai conceber um projeto e vai desenhar com precisão o que deve ser executado por todos os outros profissionais necessários para viabilizar a sua concepção original. Mais do que isso, o arquiteto preconizava a garantia da autoria da obra, projetando a permanência do edifício de acordo com o documento do desenho que se fazia como um objeto de registro da sua criação.

A palavra projeto, que para nós significa, de modo corrente, um plano para a realização de uma ação, vem do latim *projectu* (lançado), participio passado de *projicere* (lançar para diante). Um projétil que pretende acertar um alvo previamente determinado. Ou mesmo o verbo projetar, que no latim é *proiectare* e que significa arrojear, lançar, dirigir adiante, ou em distância. Usamos também a palavra projeto para definir o desenho desenvolvido para a execução de uma determinada obra. É o que apresentamos como a representação gráfica ou escrita que demonstra o resultado vislumbrado e determinado para a construção de um edifício. Um desígnio, um traçado prévio, uma empreitada, um empreendimento. Em dicionários de português, é comum ver a palavra projetar como sinônimo de arquitetar ou também sinônimo de desenhar e ainda de planejar ou programar.

A nossa fé no poder do projeto, muitas vezes se ilude no ideal da possibilidade de prever e prescrever de antemão todas as variáveis de um problema, que poderia se resolver com o compartilhamento do conhecimento de todos aqueles que estão envolvidos. Pautados por essa ilusão, tentamos programar com precisão as ações necessárias para abordar determinada situação e tendemos a tratar o problema de modo distanciado e com a autoridade de quem ignora o próprio instante da construção e dos saberes daqueles que integram o processo. Agindo assim, acabamos por separar as habilidades intelectuais da prática e do saber corporal, que também deveriam ser igualmente considerados e necessários para a solução das situações e dos problemas enfrentados para a construção de um determinado objetivo.

Procuramos, então, desenvolver ferramentas e aparelhos cada vez mais capazes de substituir, com ainda mais precisão e distanciamento, o trabalho e a sensibilidade circunstancial do homem, afastando-nos do mundo tangível dos materiais e do tempo vivido durante a feitura de um propósito, o que de certa forma nos acomoda e nos conforta em uma zona de segurança produzida e controlada por essa distância estratégica. A fé na perfeição dos instrumentos que projetamos para isso nos faz, muitas vezes, apenas funcionários repetitivos a serviço desse ferramental. Para Sennett, a “utilização de ferramentas imperfeitas ou incompletas leva a imaginação a desenvolver essas capacidades necessárias para reparar e improvisar” (SENNETT, 2009, p. 21). São as nossas habilidades intelectuais associadas às nossas habilidades manuais que podem fazer do homem-arquiteto um artífice capaz de inventar e experimentar soluções construtivas novas e outras perante as possibilidades tecnológicas e materiais das quais dispomos no instante da nossa aventura propositiva.

E fazendo-nos funcionários dos aparelhos aos quais nos submetemos é que deparamos com práticas organizadas de forma restrita, centradas apenas no treinamento para alcançar determinado fim e pautadas pelo ideal de constituir uma “prática especializada”, na qual o maior objetivo é que o homem acabe por apenas atingir uma meta pré-fixada sem a possibilidade de experimentar o aquém ou o além. O uso de ferramentas ou de tecnologias mal empregadas nesse sentido – que apenas redundam e se repetem na abordagem dos problemas – faz do homem apenas um funcionário dos aparelhos que ele manipula. A especulação filosófica de Vilém Flusser acerca da máquina fotográfica em *Filosofia da Caixa Preta* é um exemplo ampliado de algumas das relações funcionais a que estamos sujeitos. Richard Sennett desenvolve um capítulo inteiro, apresentando como exemplo dessa má utilização o que ocorre no CAD (*design computer-assisted*), programa de informática usado por engenheiros e arquitetos para conceber, projetar e desenhar as suas proposições.

Por outro lado, poderíamos imaginar que o projeto poderia não servir apenas como uma maneira de organizar e propor a concepção e a formalização de um pensamento ou que ele não direcionasse a prática de forma linear, unidimensional ou mesmo unidirecional. Que o projeto não se contentasse apenas com o intuito de conceber um objeto ou uma forma dominada. Algo assim como a escrita, que na suposição de Flusser: “não é apenas um gesto reflexivo, que se volta para o interior, é também um gesto (político) expressivo, que se volta para o exterior” (FLUSSER, 2002, p. 21). O projeto (projétil) poderia ser uma experiência que pretende ir ao encontro do outro, a fim de compartilhar experiências com esse outro, de ouvi-lo e incluir o seu saber no processo de concepção, seja esse outro um sujeito, um objeto ou um território por habitar.

Para aprofundarmos o entendimento entre essas relações, outro ponto importante que podemos relacionar com o pensamento de Flusser é a diferença que o autor faz entre “acontecimento” e “ocorrência”, ou entre “acontecer” e “ocorrer”: “para que algo possa acontecer, tem de ser percebido e compreendido por alguma consciência como acontecimento (processo)” (FLUSSER, 2002, p. 22). Consideramos aqui que “ocorrer” se dá de forma intuitiva como uma experiência pessoal, que se manifesta por meio do nosso encontro com uma realidade específica do mundo que habitamos, de modo independente do espaço demarcado ou do tempo cronológico numerado e medido por nós, enquanto que o “acontecimento” está marcado e é narrado como

uma realidade entendida no tempo e no espaço, portanto consciente e possível de ser ordenado como parte de uma linha histórica.

A nossa concepção de projeto se associa muito mais ao conceito de “acontecimento”, assim como o proposto por Flusser, do que ao de “ocorrência”. Para o desdobramento e a concepção de um projeto, precisamos ordenar linearmente os acontecimentos que irão servir de lastro para ordenar nosso pensamento perspectivado, para que possamos empreender uma ação direcionada ao que está adiante em uma linha imaginada, supostamente dominada e demarcada do tempo, o que seria o oposto à noção de ocorrência desdobrada por Flusser, que diz de um eis-ai, que, ao mesmo tempo que está, já se foi: não nos permitindo capturá-la, a não ser talvez no instante do lançamento. Essa noção é bem diferente da noção que nós produzimos acerca do nosso ideal de projeto.

Por outro lado, poderíamos contrapor o pensamento desenvolvido sobre o significado do projeto, com o sentido e as possibilidades de experimentação que se encontram implicadas no conteúdo da palavra invenção. O projeto talvez esteja mais relacionado a acontecimento, assim como a invenção tem mais a ver com ocorrência. A invenção se faria em saltos enquanto o projeto carece se submeter linearmente à doutrina imposta pelos acontecimentos históricos. Não que fosse desnecessário o conhecimento crítico produzido com o pensamento próprio à linearidade histórica, mas para a invenção se faz imprescindível um deslocamento, ou mesmo um rompimento com o pilar constituído pela continuidade histórica.

A invenção carece de algo mais traumático, um preciso cisalhamento sobre o território conhecido, enquanto que o projeto apenas nos dispõe ao vertiginoso, mantendo-nos, porém, presos a uma corda que nos atrela a territórios nomeados e por nós previamente dominados por nós.

Se apostássemos na invenção, no risco daquilo que não medimos de antemão, se entregássemos a nossa pretensa obra aos dizeres não ditos do tempo do porvir, talvez nos conectássemos de forma mais compromissada com a lógica de relações e existência do planeta. O tempo de experiência e da ocupação da obra passaria a fazer parte do processo de concepção e construção do edifício ou do território. Assim poderíamos imaginar uma arquitetura flexível e interativa, comprometida com a dinâmica da vida cotidiana das pessoas que se proponham a habitar seus espaços sugeridos, uma proposta possível de se adaptar à natureza imprevisível e mutável das necessidades dos cidadãos no

cenário da vida nas cidades que aqui estão e que não mais se sustentam por princípios ordenadores e pré-estabelecidos por um planejamento autoritário, que pulsam além dos seus muros definidores de seus limites e ordem, como constatou o imperador romano Adriano em suas memórias, na narrativa ficcional produzida por Marguerite Yourcenar em *Memórias de Adriano*: “[...] os telhados de Roma já não cabem mais em Roma.”

Devemos aqui considerar também os fatores débeis que particularizam a emocionalidade de cada um dos outros tantos presentes e participantes desses processos construtivos da arquitetura e das cidades. É fundamental a presença da identidade de cada um como parte de uma prática vinculada à teoria, ou de uma teoria vinculada à prática. Ir além da abstração teórica, buscar na narrativa do outro valores capazes de argumentar acerca daquilo que Gottfried Semper (tratadista e arquiteto alemão que viveu no século 19 e que procurou enumerar os elementos básicos da arquitetura) chamou de uma “variedade infinita” de possibilidades. É preciso ouvir e emoldurar a voz da narrativa de cada singular experiência e contribuição transformadoras dessas diferentes identidades, desses todos outros, presentes e essenciais para a concepção de uma obra.

E por que a narrativa?

Por dois principais motivos: primeiro porque amíngua e porque, na falência da linguagem lógica, há a brecha para o desdobramento de uma linguagem figurada, dentro da qual podemos dar voz à narrativa. Segundo, pela temporalidade, pelo distanciamento (que nos aproxima do outro e da diferença) e pela singularidade própria a um modelo interpretativo e processual que a narrativa é capaz de engendrar.

Sobre a linguagem figurada, podemos dizer que ela existe porque nem todos os sentidos são alcançados pela lógica proposicional. Muito da experiência humana não se alcança pelo método objetivo de medir e de julgar as operações que articulamos acerca do mundo vivido. Com a narrativa é possível assumir verdades contextuais, temporais, em vez de uma verdade única e definitiva.

Se as formalidades dos sistemas combinatórios mostram-se insuficientes para esclarecer situações concretas do humano – como o erro, a falta e todos os excessos de conflitos que a vida humana experimenta – atentar para o discurso figurativo, por meio de sua inovação nos modos de dizer e propor outras relações interpretativas contribui para a compreensão do tempo e da ação da experiência humana. E é essa narrativa de um sujeito particular, limitado, encarnado, finito, concreto, falível e fa-

livelmente racional (e não um sujeito transcendental), que nos interessa como argumento original por uma arquitetura relacionada ao tempo – e não apenas pautada por um pretense domínio do espacial.

Por que a narrativa é marca que articula e anuncia o humano? Para se processar a ação construtora é preciso que se escute a voz do outro. Por quê? Porque o agir e o construir é percebido em tudo que tem enredo e se constitui como argumento para a obra construtora. Porque as coisas e os processos construtivos não são entendidos e compartilhados senão em encadeamentos de histórias múltiplas e diversas.

O homem se desenvolve na ação, seu caráter se constrói na experimentação – não em uma técnica que preveja o produto final, mas em uma constante dinâmica de exploração das potencialidades de qualquer que seja a técnica ou as ferramentas disponíveis. Não é pelo dado técnico que a “arquitetura menor” acontece, mas é pela possibilidade de se ter no dado do mundo uma fonte inesgotável de formas de fazer o mesmo, sem nunca ser o mesmo.

Registros construtivos

O tempo das coisas. O informe. A experiência interior e a exigência comunitária.

O naufrágio na pretensão formal de tudo saber sobre a espacialidade do território, pretensamente mapeado e dominado, nos conduz à suspeita de uma in-formidade original e persistente do espaço. No verbete do seu Dicionário Crítico, Georges Bataille delinea o informe: “afirmar que o universo não se assemelha a nada e que é apenas informe, corresponde a dizer que o universo é algo semelhante a uma aranha ou a um escarro”.

Assumir uma costura “malenjambrada” de um “tempo menor”, apostar na experiência, sem culpa e sem almejar esclarecer prospecções inexplicáveis, parece uma atitude sensata àqueles que se entregam e se dispõem ao tempo das coisas. Encarar o espaço, sua dimensão maior e abarcadora de todas as relações construtivas possíveis, apenas com a debilidade menor da dimensão temporal de cada dia, que transcorre passo a passo, Tateando no escuro o que se anuncia para cada novo instante, não é uma luta de David contra Golias.

É na ferramenta da narrativa – essa linguagem fraca, incapaz de respostas, sem interlocutores eleitos, para todos e para ninguém – que, aparentemente, a fragilidade da menoridade do tempo angaria a sua força. Trata-se de uma força insubordinada. De palavras sem floreios ou tecnicamente amparadas. A experiência vivida isolada e exemplar de cada narrador não se confunde com a precisão matemática de um projeto projetado.

Se nós considerarmos a experiência da arquitetura como uma prática ativa (cotidiana) e instável de tradução do espaço físico-social das relações, entendendo a arquitetura como um ato de presentificação da diversidade e das diferenças territoriais (uma ação em processo por nortear certa ocupação, ou uma prática de invenção de um território possível para nossas relações de compartilhamento do espaço vivido), veremos no homem-arquiteto um agente em nome de uma tradução comunitária para a abordagem de um contexto espacial qualquer.

Se atentássemos para a definição de tradução como sendo um “salto”, como o faz Vilém Flusser, em seu “Glossário para uma futura filosofia da fotografia”, para quem traduzir é “mudar de um código para outro, portanto, saltar de um universo a outro” (FLUSSER, 2002, p. 79), não veríamos na arquitetura um modelo de formatação para petrificar um discurso espacial, ou de engendrar propósitos por uma política urbana, ou para a necessidade de atender a uma demanda prefigurada, ou de uma função ou de um desejo por um território delimitado e regulamentado. O arquiteto-tradutor, agente presente no cotidiano das relações, seria mais um dos mediadores no jogo das diferenças.

Essas noções encaminham para a hipótese de experimentar um campo que processa uma desapropriação de um saber anterior e instituído da arquitetura. Poderíamos apostar em um valor, ou em uma prática do homem-arquiteto, que interage com um conjunto de experiências e narrativas sociais e políticas de todos aqueles envolvidos em cada processo de ocupação territorial deflagrado, além ou aquém da instituição do arquitetural como disciplina maior.

Esse envolvimento reverbera em um desdobramento de decisões singulares, de traduções constantes e sucessivas, que se manifestam de modo combativo a uma totalização que se engessa no projeto. Esse campo de desapropriação corresponde à invenção de um espaço informe entre os domínios da arquitetura e da vida cotidiana. Informe como o tempo: tanto no sentido do desenho de uma espacialidade dinâmica,

quanto de uma comunicação singular capaz de potencializar formações comunitárias pautadas na diferença, no compartilhamento dos saberes e dos fazeres.

Poderíamos imaginar uma prática arquitetônica capaz de desfazer espaços já instituídos, tencionando a vida e a arquitetura, por uma proposição temporal de outros modos de experimentação do território no mundo vivido.

Portanto, a arquitetura não se daria necessariamente como um conhecimento consolidado e instituído, mas como uma comunicação narrativa oriunda do não saber e da experiência vivida. E assim sendo, como a comunicação de um não-saber, a prática da arquitetura se daria como expressão do “ser da diferença” (BATAILLE, 1992, p. 12). Uma prática aberta ao tempo e a uma exterioridade como espaço virtual potente, onde uma relação entre interlocutores possíveis se faz problematizada. E assim se anuncia uma abertura para uma aparição: de outras presenças fora de si, como também do outro qualquer, como nos expõe Georges Bataille:

A experiência interior é uma conquista, e como tal, para o outro. O sujeito da experiência dissolve-se, extravia-se, perde-se no objeto que, por sua vez, se dissolve. Mas nunca poderia dissolver-se a esse ponto se a sua natureza não lhe permitisse essa alteração. O sujeito na experiência apesar de tudo permanece;

[...] ao fazer-se consciência de outros e, como era no coro antigo, a testemunha, o divulgador do drama, perde-se como tal na comunicação humana, lança-se enquanto sujeito para fora de si, perde-se numa multidão indefinida de existências possíveis (BATAILLE, 1992, p. 76).

A experiência em Bataille não é uma noção única, acabada ou conciliatória. Ela aparece no ensaio “A experiência interior”, sob várias acepções: como experiência interior, experiência limite, experiência de transgressão, experiência soberana. Bataille começa por definir a experiência interior como uma “experiência limite na qual o homem atinge o extremo do possível” (BATAILLE, 1992, p. 6); uma experiência transversal a uma abordagem fenomenológica (que trata a experiência como algo produzido e subjetivado consoante a uma vivência). A experiência interior é algo que se comunica na própria experiência como comunicação singular. Uma espécie de “êxtase” experimentado pelo sujeito entregue ao processo do qual ele é uma parcela presente.

A experiência se constitui de uma entrega que se dá na “decisão” do êxtase: uma ação não coagida e sem projeto, em que o sujeito dilacerado comunica singularmente a experiência para o outro qualquer. Lança-se à exterioridade uma “exigência comuni-

tária”. Posta essa exigência, lemos uma decisão política. Se a decisão é a prioridade do sujeito da experiência, ela é também uma forma de ação sem coação no mundo que, mesmo sob o retrospecto de uma continuidade impossível da experiência, vai promover ao outro qualquer a possibilidade da experiência.

Aqui, o que lemos é uma amplificação da noção de comunidade que passa a figurar por meio dos sujeitos comunicadores de suas “experiências singulares”, como “comunidade dos diferentes”, o que não constitui um consenso ou uma fórmula que resulte num desenho prévio e na configuração de um espaço delineado. Estamos diante de uma impossibilidade que formula a autocrítica de uma ideia de plenitude. O que podemos partilhar é a culminância de uma comunidade impossível, em uma política do impossível como tentativa de realização da “comunidade da diferença”, onde um ethos soberano é dado pela experiência singular de cada um.

Se a experiência pautada pela decisão singular faz política, abrimos o campo desta investigação para o lugar em que (a) experiência toma forma e comunica para a formação comunitária. Assim, a arquitetura de um território pode ser compreendida como uma forma de inscrição desse sentido de comunidade.

Bataille, em seu *Dicionário Crítico*, define “espaço” como um “descontínuo” e traça uma crítica à abstração e ao autoritarismo do espaço encarcerado da arquitetura. Ao mesmo tempo evoca a “experiência dos espaços” como definidoras deles próprios em contraposição às definições filosóficas abstratas. Evoca o “tempo das coisas”. E no verbete “informe” reafirma sua característica de impropriedade: “informe não é só um adjetivo com determinado sentido, mas um termo que serve para desclassificar o que em geral exige que todas as coisas tenham a sua forma” (BATAILLE, 1994, p. 99).

Na sua crítica ao autoritarismo do espaço arquitetônico, Bataille considera a arquitetura a expressão do ser ideal das sociedades, vinculado ao controle social, ao gosto pela autoridade humana ou à sublimação divina, ou à regulação do espaço.

Essas críticas já pressupõem um posicionamento político contra a autoridade instituída e contra a totalidade da realização do projeto. Seja do pensamento, próprio ao filósofo, seja do espaço encarnado na arquitetura, seja do contexto social, patenteado pelas instituições e pelos sujeitos da autoridade. Nesse sentido, podemos definir o espaço informe como uma contra-arquitetura: uma arquitetura temporal, domínio da experiência, na qual a decisão política é um combate para a instauração da experiência,

combate ao racionalismo como forma dominante da realidade humana e das suas derivantes de controle do território e de projeto.

Se aproximarmos o conceito de “espaço informe” de Bataille ao espaço do trato da arquitetura, poderíamos imaginar uma prática espacial de um enfrentamento político de resistência, na formação de uma “comunidade de resistência”. Poderíamos imaginar desfazer o espaço idealizado da arquitetura como forma de amplificar a mobilidade social contra o funcionalismo das cidades.

Poderíamos imaginar, por meio de uma prática da arquitetura pela fomentação de um espaço político e por uma “comunidade de resistência”, a concepção de uma “espacialidade da diferença” no exercício de outros modos de habitar o planeta? Imaginar a possibilidade de uma arquitetura da experiência, referenciada pela dimensão temporal, e que poderia derivar em outras percepções do espaço e, por conseguinte, em outras políticas de relação com o nosso território comum?

Seria a propósito uma arquitetura em que a materialidade da obra estaria sob constante tensão no processo de sua diluição no cotidiano da vida, em que as ações cotidianas pressionam para sua abertura à experiência e ao passo imprevisível do tempo. Um “espaço informe” é que se possibilita, por suas características de formação singular e de informação de singularidades, essa condição de “experiência”. E, por conseguinte, inviabiliza, no retrospecto de uma história recente, a estetização da política de regimes totalitários, inviabilizando também uma estetização da arquitetura própria ao ideário das utopias de vanguarda.

Desse modo, a noção de “informe” em Bataille aparece como “comunicação” de uma contraposição combativa às dicotomias entre o universal da forma e o individual da matéria, entre idealidade e realidade, entre espaço abstrato e espaço experimentado, entre o estético e o político. Para o entendimento do “informe” é necessário superar o pensamento dialético: não se trata de contrapor princípios distintos em uma relação de caráter dicotômico. A “comunicação” em Bataille é presidida pelo princípio de deslocamento que, orientada para a experiência estética, possibilita a participação da arquitetura na vida como uma comunicação de caráter singular, que vai além do drama das dicotomias.

E se considerarmos a possibilidade de uma arquitetura “informe”, abríamos sua prática construtiva para um alastramento capaz de propor lugares que extrapolam o campo instituído do espacial, não só estabelecendo um confronto com a ordem das ocupações

sociais/institucionais, como também promovendo e adentrando o cotidiano das relações pessoais. Nesse sentido, o “espaço informe” pode ser lido como potencializador da experiência do sujeito ou de uma comunidade de resistência, como espaço de relação com o temporal, anunciante, material e simbolicamente, do território comum da diferença.

É desse modo que uma arquitetura da experiência realiza suas proposições, que se dão como resistências ao mundo instituído e previamente projetado. A construção de uma espacialidade “informe”, referenciada na experiência singular dos sujeitos, põe em jogo a instituição do arquitetural, do domínio do espacial. É com base nesse que outros arranjos materiais espacializados anunciam o espaço “informe”, onde a “exigência comunitária” se manifesta, onde a comunicação singular ou a construção de fricções singulares produzem as pontes entre a “experiência” e a “decisão política” para a formação de uma possível “comunidade da diferença”.

Nessa espacialização do “informe”, arquiteturas de resistência, de acordo com Ba-taille (1992), acabam produzindo territórios de resistência, tanto no espaço “potencia-lizador da experiência”, quanto em outros modos vindouros de habitar o mundo. E na sua capacidade autocrítica, de se desfazer e de inventar arranjos em outras espacialida-des participantes da dinâmica da vida, o espaço “informe” adquire uma carga histórica e uma outra presença arquitetônica.

Trata-se de uma “exigência comunitária” que se manifesta nas reações de resis-tência ao regramento policial das cidades, à institucionalização do espaço público, à higienização do nosso território comum de relações, à gentrificação, à especulação imobiliária que inviabiliza e expulsa os moradores das regiões centrais das cidades, ao preconceito social, ao poder do capital, ao pressuposto legal capitalista do direito à propriedade, à venda do espaço público para a realização de eventos por grandes corpo-rações e entidades supranacionais, entre outros. Essas “comunidades de resistência”, muitas vezes, articulam-se de modo horizontal, sem lideranças ou ideologias únicas, sem se instituírem como partidos políticos ou sindicatos de trabalhadores, sem uma articulação clara e sem previsão de duração. Pulsam nas cidades, nas redes sociais in-formatizadas, em ocupações temporárias e espontâneas do território.

Podemos vislumbrar na produção, tanto crítica quanto prática, desse “espaço in-forme” uma conciliação possível de ser engendrada entre a dimensão do temporal (o tempo das coisas) e uma abordagem espacial. Cabe aos arquitetos dos próximos dias a coragem de empreender esse propósito.

Para estar em sintonia com o pensamento de Georges Bataille acerca da “experiência”, como argumento para o desdobramento deste ensaio, lemos aqui um pensamento propositivo, que se vale do recurso filosófico e literário, anunciante de uma política do impossível. Bataille é retomado como um interlocutor potente diante de uma crise do pensamento e da política, que tem como saída uma crítica da sua reprodução, isto é, de uma análise crítica de suas fundamentações e legitimidades (históricas e mesmo ontológicas). A referência a esse autor abre para o pensamento a possibilidade de se debruçar sobre o ainda impensado. E se não for isso, ao menos sobre o ainda inexprimível, ou mesmo o ainda “incomunicado”. Para os arquitetos dos nossos próximos dias abre-se a possibilidade de refletir acerca de um “espaço informe”, da potência de uma concepção espacial capaz de “desconstruir” ou por em risco o domínio instituído do arquitetural. De incluir em suas proposições o “tempo das coisas”, como nos afirma San-Payo, leitora de Bataille:

[...] se a filosofia nos nossos dias pode sobreviver à morte do sujeito filosófico, é porque coloca algo no lugar agora deixado vago por aquele: a percepção de uma diferença que reintroduz o que – sob uma falsa aparência de verdade e de “naturalidade” – era objeto de uma implacável exclusão.

Talvez esteja aí uma das maiores contribuições de Georges Bataille para o campo filosófico e arquitetônico. A abrangência de um pensamento que se alastra do conhecimento à própria vida como uma base propositiva para outros modos de abordar o nosso território comum, de fazer e de pensar fundamentados na diferença e na autocrítica subjacente à insuficiência do arquitetural como disciplina.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o Contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- BATAILLE, Georges. *A parte maldita; precedida de 'A noção de dispêndio'*. 2.ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BATAILLE, Georges. *A experiência interior*. São Paulo: Ática, 1992.
- BATAILLE, Georges. *A mutilação sacrificial e a orelha cortada de Van Gogh*. Lisboa: Hiena, 1994.
- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Lisboa: Antígona, 1988.
- BESNIER, Jean-Michel. *La politique de l'impossible. L'intellectuel entre revolte et engagement*. Paris: Éditions la Découverte, 1998.
- CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien, tome 1: Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.
- CORBUSZ, André. *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon: Editions de l'Imprimeur, 2001.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma filosofia da fotografia*. São Paulo: Relume Dumará, 2002.
- FLUSSER, Vilém. *O Mundo Codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo, Cosac Naif, 2007.
- HOLLIER, Denis. *Against architecture. The writings of Georges Bataille*. Cambridge, London: MIT press, 1989.
- MCEWEN, Idra. *Socrates'Ancestor – an Essay on Architectural Beginnings*. London: The Mit Press, 1994.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Olho e o Espírito*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Visível e o Invisível*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- PROVIDÊNCIA, Paulo. *Conimbriga – Arquitectura e Memória*. Coimbra: EDARQ, 2015.

SEMPER, Gottfried. *Style in the Technical and Tectonic Arts; or Practical Aesthetics*. 2v. Los Angeles: Getty Research Institute, 2004.

SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOJA, Edward. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell, 2000.

SOJA, Edward. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

STONER, Jill. *Toward a minor Architecture*. Londres: Mit Press, 2012.

VALÉRY, Paul. *Eupalinos ou o Arquiteto*. São Paulo: Editora 34, 1996.

YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*. Rio de Janeiro: Record, 1974.